

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E **ACESSIBILIDADE**

Projeto de Lei nº 153/2022

Processo nº 11190/2022

Autor: Vereador Maurício Leite

PARECER

EMENTA: Dispõe sobre a colocação do Símbolo Internacional de Acessibilidade em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência no Município de Vitória.

Relator: Aloísio Varejão.

I. Relatório:

De autoria do Vereador Maurício Leite, o projeto de Lei Dispõe sobre a colocação do Símbolo Internacional de Acessibilidade em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência no Município de Vitória.

O Autor justifica sua iniciativa para "evitar constrangimentos diversos e garantir os direitos e inclusões de todas as pessoas com PcD e seus responsáveis".



II. Parecer do Relator:

Conforme o art.62, do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, opinamos sobre a proposição ora apresentada pelo Vereador Maurício Leite.

Esse relator emite parecer referente ao Projeto de Lei 153/2022, atualmente é utilizado o termo "PcD", que é a sigla para a expressão "pessoa com deficiência", da qual faz referência às pessoas com deficiências que podem ser de natureza física, auditiva, visual, intelectual e também deficiências múltiplas. Como por exemplo: síndrome de down e deficiência visual. Deficiências auditivas, visuais ou cognitivas são impercetíveis físicamente, e a utilização de um símbolo que caracteriza apenas o aspecto físico da deficiência não consegue mais representar um grupo tão heterogêneo. Nesse sentido, esse projeto de Lei propõe a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade, que é sinal gráfico para a representação da acessibilidade que compreenda, além do fator motricidade, toda a diversidade de pessoas que possuem alguma deficiência.

O logótipo, neutro e imparcial, simboliza a esperança e a igualdade de acesso para todos.

A matéria em questão apresenta grande alcance social e demonstra a competência desta Câmara para legislar acerca do tema, o que evidencia a competência legislativa.

Assim, tendo em vista o propósito louvável da matéria, e o evidente interesse público local nela contido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei.

Ante o exposto, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

<u>É o parecer.</u>

Palácio Atílio Vivácqua, 17 de Agosto de 2023.

